Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino - IGEVE

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018
Relatório dos auditores independentes

Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino - IGEVE

Índice dos assuntos tratados

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

I. Relatório dos Auditores Independentes ..... 03 a 05

II. Balanço Patrimonial Ativo e Passivo. 06

III. Demonstração do Resultado 07

IV. Demonstração do Resultado Abrangente 08

V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 09

VI. Demonstração do Fluxo de Caixa 10

VII. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis ..... 11 a 23

J.G.OMETTO
AUDITORES

Rua José Pinto de Almeida, 149
13.419-000 - Cidade Alta – Piracicaba – SP
Fone: (19) 3435-1414 - adm@jgometto.com.br
www.jgometto.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Administradores
Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino - IGEVE
Jundiaí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino - IGEVE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino - IGEVE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme explanado na Nota Explicativa nº 01 – "Contesto operacional" às demonstrações contábeis, a fonte exclusiva de renda do Instituto provem de parte da verba orçamentária da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de São Vicente – SP, firmado por meio de contrato de gestão, que custeia as atividades do Instituto, com metas e indicadores de desempenho que devem ser periodicamente performadas.
Não obstante, o contrato de gestão nº 02/17 referente ao processo 24.533/17, teve o prazo de vigência até 11/12/2018, com aditamento para até 11/12/2019 conforme termo aditivo nº 02 ao contrato de gestão nº 02/17, findo o qual, o contrato poderá ser renovado ou ter seu prazo dilatado, se for atestado o bom desempenho do Instituto pela demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas com avaliação favorável da Secretaria da Educação do Município e da Comissão de Avaliação da Prefeitura de São Vicente – SP.

Chamamos a tenção para os riscos relacionados a continuidade operacional do Instituto, caso a mesma não atinja o desempenho desejado, para administrar o novo contrato ou termo de aditamento, uma vez, que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos do contrato para a manutenção das atividades operacionais do Instituto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada sobre esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras Assuntos

As demonstrações contábeis não estão sendo apresentadas de forma comparativa, em virtude da entidade ter sido constituída em novembro de 2017, tendo iniciado efetivamente suas atividades operacionais somente em fevereiro de 2018.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Piracicaba, 28 de agosto de 2019.

J. G. Ometto Auditores Associados
CRC - 2SP 019.640/O-4

José Geraldo Ometto
Sócio - CRC 1SP147.080/O-4

	Nota	31/12/2018
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa - restritos	5	1.882.448
Recursos de parcerias em projetos	6	3.296.497
Depósito caução - aluguel		4.200
Tributos a recuperar		32.532
Total do ativo circulante		**5.215.677**
Total do ativo		**5.215.677**

	Nota	31/12/2018
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	7	102.646
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	8	4.165.185
Obrigações tributárias	9	3.595
Parcelamento de tributos		8.210
Total do passivo circulante		**4.279.636**
Não Circulante		
Parcelamento de tributos		30.155
Total do passivo não circulante		**30.155**
Patrimônio líquido	11	
Patrimônio social		50
Superávit acumulado		905.836
Total do patrimônio líquido		**905.886**
Total do passivo		**5.215.677**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	31/12/2018
Receitas Operacionais		
Com restrição:		
Programa (PROAF) Educação		20.880.734
Rendimentos financeiros		16.642
Total das receitas		**20.897.376**
Despesas Operacionais:		
Despesas com pessoal	12	(7.614.395)
Encargos sociais	13	(2.637.414)
Benefícios a funcionários	14	(3.097.051)
Provisões e encargos trabalhistas	15	(967.101)
Serviços terceirizados	16	(1.592.438)
Despesas com materiais	17	(1.752.824)
Material de consumo	18	(1.345.784)
Pequenos reparos		(292.000)
Fretes, carretos e despachos		(58.525)
Propaganda e publicidade		(83.109)
Impostos e taxas		(14.609)
Aluguel		(12.744)
Despesas financeiras		(508.303)
Outras despesas		(15.243)
Total das despesas		**(19.991.540)**
Superávit do período		**905.836**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31/12/2018
Superávit do exercício	**905.836**
Ajuste exercícios anteriores	-
Resultado abrangente do exercício	**905.836**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Patrimônio Social	Superávit do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**50**	**-**	**50**
Superávit do período	-	905.836	**905.836**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**50**	**905.836**	**905.866**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Superávit do exercício	**905.836**
Ajustes para reconciliação do Superávit ao caixa:	
Provisão encargos sociais sobre folha	2.259.611
Provisão multa e juros dos encargos sociais sobre folha	481.575
Superávit ajustado	**3.647.022**
Variações nos ativos e passivos	
Recursos de parceiros em projetos	(3.296.497)
Tributos a recuperar	(32.532)
Outros ativos	(4.200)
Fornecedores	102.646
Salários e direitos trabalhistas	1.423.999
Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.595
Parcelamento de impostos	38.365
Caixa proveniente das operações	**1.882.398**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**1.882.398**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
Saldo no início do período	50
Saldo no fim do período (nota 5)	1.882.448
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**1.882.398**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

O Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino – IGEVE é uma associação de direito privado sem fins lucrativos com autonomia administrativa e financeira, constituída em 15 de março de 2017.
A Associação tem entre seus principais objetivos administrar e manter escolas municipais, estaduais e federais e outros do Poder Público; coordenar e integrar competências entre seus associados para atendimento a projetos que tenham por exigência básica a introdução de inovações tecnológicas e metodológicas; desenvolver programas de educação para terceira idade, trabalhadores e seus dependentes; desenvolver campanhas educacionais, programas de treinamento e atualização profissional; desenvolver sistemas de diagnósticos e soluções para educação, além de ferramentas de gestão para educação pública.

De 11 de dezembro de 2017 a 11 de dezembro de 2018 exclusivamente, vigeu o contrato de gestão nº 02/17 referente ao processo 24.533/17 entre a IGEVE e a Prefeitura do Município de São Vicente – SP, que teve por objetivo o fomento e execução de atividades na área de ensino, referente a gestão de Programa de Afetividade – PROAF nas creches e Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI do município de São Vicente, para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de acordo com o Termo de Referência Técnica firmado entre as partes.
Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados no contrato, foi proposto o valor global de recursos públicos durante a vigência no valor total de R$ 22.778.982,99 a serem transferidos ao IGEVE no montante mensal de R$ 1.898.248,58.
Em 31 de janeiro de 2019 foi firmado o primeiro aditamento (termo aditivo nº 2 ao contrato de gestão nº 02/17) que renovou a vigência do contrato inicial até 11 de dezembro de 2019, nas mesmas condições do contrato base, inclusive com relação aos valores.

De acordo com a Termo de Referência Técnica, o nº de crianças atendidas nas creches e EMEI's está organizado em:

Creches:

a) Agrupamento I – Berçário I (crianças de 3 meses a 1 ano completo)
b) Agrupamento II – Berçário II (crianças de 1 ano a 2 anos completos)
c) Agrupamento III – Maternal I (crianças de 2 anos e um mês a 3 anos completos)
d) Agrupamento IV – Maternal II (crianças de 3 anos e um mês até 4 anos)

EMEI's:

a) Agrupamento V – Fase I (crianças de 4 anos e um mês até 5 anos)
b) Agrupamento VI – Fase II (crianças de 5 anos e um mês até 6 anos)

Relação de creches e EMEI's atendidas pelo programa:

As creches e EMEI's objetos do programa, atualmente estão todas localizadas no município de São Vicente - SP e estão demonstradas a seguir com os respectivos nºs de alunos.

Relação de creches e EMEI's e nº de alunos atendidos pelo programa:

RELAÇÃO DE CRECHES E EMEIs ATENDIDAS PELO PROGRAMA								
CRECHES	Bersário 1	Bersário 2	Maternal 1	Maternal 2	Fase I	Fase II	Total de alunos	Endereço
ALEXANDER DE SOUZA BARREIRA	15	-	17	17	-	-	49	RUA FRANCISCO XAVIER DOS PASSOS, 43 - VILA SÃO JORGE
ANTONIO FERNANDO REIS I	-	-	39	48	-	-	87	RUA TREZE DE MAIO, 629 - CENTRO
ANTONIO FERNANDO REIS II	-	-	-	80	-	-	80	AV. PRAÇA 22 JANEIRO, 630 - CENTRO
ARCANJO RAFAEL	10	-	38	44	-	-	92	RUA BAURU, 155 - VILA PONTE NOVA
CAIC	44	-	67	77	-	-	188	RUA IRMÃ M. RIT DE SOUZA B. LOPES, SN - HUMAITÁ
CANTINHO DO CÉU	-	10	17	39	-	-	66	RUA ATALIBA LEONEL, 385 - CATIAPOÃ
CANTINHO DO ZEZINHO II	-	-	24	75	-	-	99	AV. SENADOR SALGADO FILHO, 637 - JÓQUEI I CLUBE II
CATARINA CARBONERA RAMPON	8	20	-	-	-	-	28	RU FELICIANO M. DA SILVA, 28 - CENTRO
CRIANÇA ESPERANÇA	-	-	21	27	-	-	48	RUA 22, 120 - JD. RIO BRANCO
DR LUIZ GONZAGA	-	-	12	41	-	-	53	RUA PAULO HORCEL, 251/263 - JAPUÍ
EDUARDO FURKINI	36	-	63	71	87	28	285	RUA ARCHIMEDES BAVA, 365 - GLEBA II
EL SHADAY	22	-	22	39	-	-	83	RUA CARIJOS, 51
EURYDICE DE FARIAS	20	-	30	-	-	-	50	RUA SANTA CRUZ, 444 - PQ. BITARU
GERALDA ERNESTINA DA SILVA	32	-	33	75	-	-	140	RUA VEREADOR ESWALDO TOSCHI, 2975
GRUPO DA PRECE	30	-	32	31	-	-	93	RUA TAMBAÚ, 1534 - CID. NAUTICA/POMPEBA
HEBERT DE SOUZA	-	-	17	33	-	-	50	RUA TREZE, 70 - VILA MATHIAS
ISIDORO MENDES SENA	-	13	31	-	-	-	44	RUA ALCIDES DE ARAUJO, 25 - VILA CASCATINHA
JOSEFA MARIA DE SOUZA	19	-	39	43	-	-	101	RUA 45, 710 - HUMAITÁ
JUDITH CUNHA	-	-	-	67	-	-	67	RUA MIGUEL PASQUARELLI, 267 - NAUTICA III
JULIA MARIA DE JESUS	-	-	28	46	-	-	74	RUA HTCHIK ARMENIO CATCHJAN, 210 - HUMAITÁ
KAYK NASCIMENTO DA SILVA	67	-	-	-	50	75	192	RU QUERINO MARIO BIASOLI, 98 - TANCREDO NEVES
LAR DA CRIANÇA FELIZ	-	-	-	78	-	-	78	AV. PROF. LOVELY PLAUCCHUT, 787 - VILA MATTEO BEI
MARIA ELISABETH DA SILVA	-	-	-	75	-	-	75	RUA UM, 135 - SAMARITÁ
MARIA JOSEFA DA SILVA	-	18	42	-	-	-	60	RUA SENADOR SALGADO FILHO, 1040 - JOQUEI CLUBE
MENINO JESUS	-	-	17	30	43	-	90	RUA QUATRO, ALVARO TREVIVAN, 185 - PQ. NOVA SÃO VICENTE
NOVA ESPERANÇA	-	-	16	40	-	-	56	RUA CINCO, 351 - QUARENTENÁRIO
OLGA TEIXEIRA TAVARES	-	-	-	42	-	-	42	AV. CELLULA MATTER, 164 - PQ. CONTINENTAL
ONDINA MARQUES DE MELO	-	-	-	57	142	-	199	AV. PADRE ANDRE SOVERDE, SN - VILA EMA
PASTORIL	27	-	16	24	-	-	67	RUA SÃO MIGUEL DOS CAMPOS, 173 - JD. NOSSO LAR
PAULA LOURENÇO OLIVEIRA	-	-	45	-	-	-	45	RUA LIBANIA DE LIMA CROCK, 844 - VILA MARGARIDA
PAULO DE SOUZA	30	-	29	91	-	-	150	RUA ULISSES GUIMARAES, SN - RIO BRANCO
REGINA CÉLIA DOS SANTOS I	-	-	-	33	81		114	RUA CAP. ANTÃO DE MOURA, 429 -PQ. BTARU
SANDRA ANTONELI	19	-	65	-	40	19	143	RUA ELIZABETH SANTOS MENDES, SN - VILA EMA
SANTA TEREZINHA	-	-	-	40	178	-	218	PÇ. BRASILIA, 30 - VILA PONTE NOVA
SEJA FELIZ	-	-	-	39	-	-	39	RUA DORGIVAL FELIPE, 290 (Antiga Rua 6) - JD. RIO BRANCO
SILVIO DE ABREU	4	18	27	-	-	-	49	RUA HERNESTO S. DO NASCIMENTO, 182 - JAPUÍ
SORRISO DA CRIANÇA	-	-	18	40	-	-	58	RUA FRANKLIN CASSEN DE MOURA, 156 - CID. NAUTICA
TIA REGINA	-	-	-	41	41	40	122	RUA RIO CLARO, 80 - VILA PONTE NOVA
TIC TAC	11	-	13	38	-	-	62	RUA ALEXANDRIA, 5 - VILA MARGARIDA
TIO JOSÉ	11	18	85	-	-	-	114	RU OITO, 240 - MEXICO 70
VOVÔ JOSÉ CAMPELO (SENINHA)	-	-	14	41	-	-	55	RUA GILBERTO ESTEVES, 320 - JD. RIO BRANCO
VOVÓ LENICE	35	-	32	-	-	-	67	RUA PADRE SOVERAL, 2810 - VILA EMA
VOVÔ RAIMUNDO	-	-	22	30	-	-	52	AV. CAP. ANTAO DE MOURA, 47 - PQ. BITARU
VOVÔ VITALINO	13	-	21	13	-	-	47	RUA JEQUIÉ, 1840 - JD. RIO NEGRO
ZEZÉ MASSUNO	-	13	17	18	-	-	48	RU FREI GASPAR, 4337 - CID. NAUTICA

EMEI	Bersário 1	Bersário 2	Maternal 1	Maternal 2	Fase I	Fase II	Total de alunos	Endereço
ADILZA SOBRAL	-	-	-	-	84	70	154	PÇ. TRINTA E UM DE MARÇO, SN - POMPEBA
ANUAR FRAYAH	-	-	-	50	162	162	374	RUA JOSE ADRIANO M. JUNIOR, SN - CIDADE NAUTICA
CARLOS CALDEIRA	-	-	-	-	92	130	222	PÇ. ARMINDO RAMOS, SN - SAMARITÁ
CIDADE DE NAHA	-	-	-	51	89	87	227	RUA GENERAL ETCHGOYEN, 25 - CATIAPOÃ
CLEMENTE FERREIRA	-	-	-	49	50	70	169	LARO PROG. CLEMENTE FERREIRA, SN - VILA CASCATINHA
DOM PEDRO I	-	-	49	-	181	-	230	PÇ. DOM PEDRO, SN - PQ. SÃO VICENTE
EDMUNDO CAPELLARI	28	-	53	77	96	107	361	PÇ. VITORIA, SN - VILA VOTURUÁ
JOSÉ BORGES FERNANDES	-	-	-	54	259	-	313	AV. SENADOR SALGADO FILHO, SN - JOQUEI CLUBE
KELMA MARIA TOFFETTI GONCALVES	-	-	-	-	242	283	525	RUA MARIA RITA DE SOUZA BRITO LOPES, 46 - HUMAITÁ
MARIA GUILHERMINA	-	-	-	28	84	56	168	RUA AMERICO MARTINS DOS SANTOS, SN - JD. PARAÍSO
MATTEO BEI	-	-	-	78	85	240	403	AV. FREI GASPAR, 2236 - JOQUEI CLUBE
MONTEIRO LOBATO	-	-	-	28	54	140	222	RUA RIO LARGO, CATIAPOÃ
NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	-	-	-	-	64	240	304	RUA SALVADOR, 30 - VILA PONTE NOVA
PADRE JOSÉ DE ANCHIETA	-	-	-	-	67	136	203	PÇ. AEDES LARCEDA, SN - PQ. DAS BANDEIRAS
REGINA CELIA (PO)	-	-	-	-	112	179	291	RUA VISCONDE DE TAMANDARÉ, 175 - CENTRO
VILA JOQUEI	-	-	-	41	49	83	173	RUA FERNANDO FERRARI, SN - JOQUEI CLUBE
TOTAL DE UNIDADES ATENDIDAS 61							**8.358**	

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, atendendo a NBC TG 1000 – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e os aspectos específicos abordados na Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/2012 (ITG 2002) - para Entidades Sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa para essas entidades.

3 Principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Entidade.

(b) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Entidade. As matérias que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis, estão demonstradas na nota 4. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de até 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço e ajustados, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

(d) Instrumentos financeiros - classificação e mensuração

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
A Classificação, efetuada no reconhecimento inicial, depende da finalidade para qual os instrumentos financeiros foram contratados.

Não houve operações com instrumentos derivativos durante o exercício de 2018.

(e) Imobilizado e Intangível

A Entidade não possui imobilizações e intangíveis próprios. Os bens móveis, imóveis, equipamentos e instalações permanentes utilizados na atividade da Entidade, foram cedidos ao IGEVE pelo município de São Vicente em caráter precário a título de permissão de uso pelo prazo contratado, cabendo à Entidade mantê-los na forma em que foram entregues, sendo seu uso restrito a consecução das finalidades contratadas.
Os reparos, reposições e manutenções dispendidos a esses bens, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

(f) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(g) Tributos

A Entidade é isenta de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) e do pagamento da COFINS. Todavia é devida mensalmente a contribuição de 1% sobre a folha de pagamento relativa ao PIS.

(h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

(i) Gerenciamento de risco

A Administração da Entidade tem como procedimento identificar e analisar periodicamente os riscos inerentes e a definir as ações a serem tomadas. A Entidade apresenta exposição ao risco de liquidez, rico de não cumprir com as obrigações associadas ao seu passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiros, caso recebe os recursos financeiro vinculados posteriormente à data prevista, parcialmente, ou não os receba por motivo de eventuais mudanças de diretrizes da Secretaria da Educação do município de São Vicente – SP.
A abordagem da administração da Entidade é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade perante o público e o governo do município.

(j) Reconhecimento das receitas e despesas dos recursos vinculados

As receitas e despesas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Os recursos vinculados compreendem os valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determina o contrato de gestão. Estes recursos, enquanto não recebidos, são registrados no ativo circulante em contrapartida a conta de "Recursos de Projetos" no passivo circulante. As receitas e valores recebidos e empregados referente ao contrato de gestão são registrados da seguinte forma:

- **Reconhecimento da receita e Recebimento dos recursos**: Na competência de cada mês e vinculados aos gastos inerentes empregados nos projetos, os recursos são contabilizados em receita contra a conta de "Recursos de Projetos" no passivo circulante, e quando efetivamente recebidos é reconhecido a débito de conta de equivalentes de caixa em contrapartida a conta a receber de "Recursos em Parceria de Projetos" no ativo circulante.
- **Consumo com despesas**: Os gastos do contrato de gestão quando ocorridos, são reconhecidos nas contas de despesas correspondentes pelo regime de competência.
- **Rendimentos e aplicações financeiras vinculadas**: São reconhecidos a débito de equivalentes de caixa (conta de aplicação) e a crédito de receitas financeiras.

(k) Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade provável de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

(l) Benefícios a empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

A Entidade mantém também, programa de alimentação ao trabalhador e auxílio transporte conforme convenção coletiva da categoria.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na

experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a administração faz estimativas com relação ao futuro. Portanto, as demonstrações contábeis podem incluir algumas estimativas referentes a provisões julgadas necessárias para ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Para 2018 não houve provisões de riscos prováveis considerados relevantes.

5 Caixa e equivalente de caixa – recursos restritos

Para "Caixa e equivalentes de caixa" são classificados os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e em investimentos de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

		31/12/2018
Caixa e bancos		1.237.930
Aplicações financeiras em moeda nacional	(a)	644.518
		1.882.448

Os recursos vinculados ao contrato de gestão referem-se substancialmente a recursos recebidos, que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados.

(a) As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com rendimentos médios equivalentes a 92% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações a um risco insignificante de mudança de valor.

6 Recursos de parceria em projetos – contas a receber

Conta destinada ao reconhecimento de valores a receber relacionados ao contrato de gestão, cujo saldo representa o montante ainda em aberto a receber do município de São Vicente - SP.

	31/12/2018
Valor do contato de gestão anual	22.778.982
(-) Ajuste parcela jan/18 – início atividade em fev/18	(1.898.248)
Valor recebido durante 2018	(17.584.237)
Saldo a receber em 31/12/2018	**3.296.497**

7 Fornecedores

O saldo de fornecedores a pagar no montante de R$ 102.646 refere-se a aquisições de materias de consumo diversos e serviços prestados.

8 Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	31/12/2018
Salários e ordenados a pagar	567.322
INSS a pagar **(i)**	2.461.847
FGTS a pagar	53.363
Vale transporte a pagar	27.386
Contribuição confederativa a pagar	830
Pis sobre folha de pagamento	87.337
Provisão de férias e encargos	967.100
	4.165.185

(i) Valor referente a INSS patronal e terceiros sobre folha de pagamento, com multas e juros, competentes ao período de março a dez/18 em processo de pedido de parcelamento junto à Receita Federal.

9 Obrigações tributárias

	31/12/2018
ISSQN a recolher	1.742
IRRF a recolher	1.750
Contribuições sociais retidas a recolher	103
	3.595

10 Provisão para riscos processuais

A entidade é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações, envolvendo apenas questões trabalhistas. Essas demandas judiciais são avaliadas com base em pareceres de seus assessores jurídicos e estão demonstradas a seguir:

	31/12/2018
Trabalhista - Causas possíveis	10.000
	10.000

A entidade não possui processos de causas prováveis, apenas processos de causas possíveis, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

11 Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo superávit/(déficit) apurado anualmente. De acordo com o contrato de gestão, em caso de extinção, desqualificação ou rescisão administrativa, a Entidade deverá devolver ao patrimônio da Prefeitura de São Vicente os bens cujo uso foi permitido e a prestar contas da gestão dos recursos recebidos, procedendo à apuração e a devolução dos eventuais excedentes financeiros decorrentes de sua atividade, na proporção dos recursos e bens por esta alocados.

Em conformidade com o estatuto social, no caso de extinção ou dissolução da entidade, o eventual patrimônio excedente remanescente às atividade relacionados ao contrato de gestão com o Município de São Vicente, depois de satisfeitas as obrigações, serão destinados a outra instituição qualificada nos termos da lei federal, estadual e/ou municipal, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo da IGEVE ou ao Poder Público.

12 Despesas com pessoal

	31/12/2018
Salários	6.934.693
13º Salário	583.259
Férias	49.274
Adicional noturno	11.465
Auxílio enfermidade	7.896

Hora extra	4.386
Exames médicos	17.520
Outros (DSR, salário família, aviso prévio)	5.902
	7.614.395

13 Encargos sociais

	31/12/2018
INSS	1.958.592
INSS s/ 13º Salário	78
FGTS	602.793
PIS s/ folha	75.951
	2.637.414

14 Benefícios a funcionários

	31/12/2018
Refeições	1.672.291
Cesta Básica	674.252
Auxílio transporte	390.129
Uniforme	360.379
	3.097.051

15 Provisões e encargos trabalhistas

	31/12/2018
Provisão de férias	717.679
Provisão FGTS s/ férias	57.420
Provisão INSS s/ férias	185.020
Provisão PIS s/ férias	6.982
	967.101

16 Serviços terceirizados

	31/12/2018
Auditoria interna	288.000
Assessoria jurídica	366.333
Assessoria contábil	348.000
Consultoria em projetos	424.696
Serviços diversos	165.409
	1.592.438

17 Despesas com materiais

	31/12/2018
Material pedagógico	745.240
Material de papelaria	451.938
Material de limpeza	555.646
	1.752.824

18 Material de consumo

	31/12/2018
Colchões e lençóis para creches	695.625
Materiais de copa e cozinha	302.046
Materiais de escritório	52.228
Materiais didáticos	183.017
Materiais para manutenção de instalações	108.708
Bens de pequeno valor	3.685
Outros	475
	1.345.784

19 Partes relacionadas

Durante o ano base de 2018 a Entidade não contratou para a realização de atividades e serviços relacionados aos programas e projetos do contrato de gestão, empresas pertencentes até o 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da organização social e administrativo da Entidade, ou de agentes políticos do Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por finidade, e nem sofreu nenhuma intervenção da Secretaria de Educação e demais Órgãos Públicos nas contratações de seus colaboradores ou para qualquer outro direcionamento de recursos.
O quadro da diretoria e da administração da Entidade também não possuem parentesco até o 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos do Poder ou do Ministério Público, dirigente e órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade.

20 Remuneração a administradores

Não houve durante 2018 remuneração direta ou indireta aos administradores e membros do conselho e também não há plano de pensão, previdência privada, ou benefícios pós emprego de rescisão de contrato, ou outros benefcios de longo prazo para administradores, membros do conselho e empregados e nem benefícios na forma de bônusou de participações.

21 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 a Entidade possuía apenas instrumentos financeiros não derivativos que compreendem as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários mencionados na observação "a" da nota 5.

22 Avais, fianças e garantias

A Entidade não possui quaisquer transações como interveniente garantidor e não prestou quaisquer garantias durante o ano de 2018, exceto pelo depósito em caução de R$4.200,00 registrado no ativo circulante para garantia do aluguel do imóvel utilizado pela administração do IGEVE, conforme contrato.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade não possuía seguros contratados. Em 12/06/19 foi contrato seguro de vida a seus funcionários com vigência de 01/06/19 a 31/07/2020, com capital básico segura de R$16.500,00 por segurado.

24 Isenção fiscal

Em cumprimento ao item 27, letra "C" da ITG 2002 (R1) – entidade sem fins lucrativos, é apresentado a seguir a relação de tributos objetos de isenção fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
- COFINS – Contribuição para Financiamento para a Seguridade Social (exceto demais receitas não vinculadas a atividade e receitas financeiras)
- ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

25 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018, até a data de emissão do relatório de auditoria.

MARIA ROSA ESTEVES
Presidente

MELISSA LARA ESTEVES PIRES
Diretora Adm. Financeiro

ADRIANO JUNIOR SCARANO
Contador Responsável – TC CRC 1SP222.732/O-8

* * *